

PONTELAND DISTRIBUIÇÃO S.A.

CNPJ Nº 04.247.792/0001-54

Relatório da Diretoria. Srs. Acionistas: Cumprindo determinação da Legislação vigente, submetemos a apreciação de V.sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/14. Ficamos à disposição de V.sas., para os esclarecimentos que se fizerem necessários. RJ, 31/12/2014. Christopher John Ogle Freeman - Diretor Presidente - CPF: 853.543.768-15.

Balanços Patrimoniais em 31/12/2014 e 2013 (Em milhares de reais)				
	Nota	Individual		Consolidado
		2014	2013	2014
Ativo				
Circulante		92.122	136.698	139.754
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.093	41.020	21.611
Contas a receber	6	51.394	75.442	52.884
Estoques	7	20.011	14.863	49.469
Despesa antecipada		1.356	41	2.674
Impostos e contribuições a recuperar	8	3.871	5.007	11.214
Outros		397	325	1.902
Não circulante		147.505	104.190	222.632
Partes relacionadas		19	16.998	89.281
Depósitos judiciais	8	471	102	1.017
Impostos e contribuições a recuperar	8	-	-	5.369
Impostos diferidos ativos		600	-	616
Propriedade para investimento		-	-	130
Investimento	10	115.009	-	-
Imobilizado	11	13.709	14.536	187.772
Intangível	12	718	271	20.173
Total do ativo		239.627	240.888	362.386

	Nota	Individual		Consolidado
		2014	2013	2014
Passivo				
Circulante		33.007	23.501	82.476
Empréstimos, financ. e debêntures	13	9.424	6.753	26.536
Fornecedores	14	5.641	5.674	21.789
Obrigações trabalhistas	15	3.138	2.792	6.831
Obrigações tributárias	16	5.697	4.027	9.494
Tributos parcelados	17	2.562	3.943	11.162
Dividendos a pagar	19	6.247	-	6.247
Outros		298	312	417
Não circulante		160.062	164.270	233.150
Empréstimos, financ. e debêntures	13	152.382	153.725	172.671
Provisão para contingências	18	1.710	1.498	1.873
Tributos parcelados	17	5.409	9.047	52.913
Impostos diferidos	11	561	-	5.011
Provisão para perda de investimento		-	-	682
Patrimônio líquido		46.558	53.117	46.760
Capital social		2.347	2.347	2.347
Reserva legal		760	760	760
Ajuste de Avaliação Patrimonial		18.473	18.473	18.473
Reserva de lucros		24.978	31.537	24.978
Atribuído a part. dos acionistas controladores		46.558	53.117	46.558
Participação do acionista não controlador		-	-	202
Total do passivo e patrimônio líquido		239.627	240.888	362.386

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de subvenção	Reservas de lucros		Lucro acumulado	Participação acionista controlador	Participação acionista não controlador	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro 2012	2.347	18.473	-	-	22.662	43.482	-	43.482
Constituição de reserva legal	-	-	760	-	(760)	-	-	-
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	-	31.537	(31.537)	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(5.560)	(5.560)	-	(5.560)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.195	15.195	-	15.195
Saldos em 31 de dezembro 2013	2.347	18.473	760	31.537	(18.740)	53.117	-	53.117
Reservas de lucros	-	-	-	18.740	(18.740)	-	-	-
Perda de investimento (reestruturação societária) (Nota 10)	-	-	-	(25.299)	-	(25.299)	-	(25.299)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(6.247)	(6.247)	-	(6.247)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	24.986	24.986	202	25.188
Saldos em 31 de dezembro 2014	2.347	18.473	760	24.978	-	46.558	202	46.760

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: Fundada em 1870, a Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A. ("Granado") é uma sociedade por ações de capital fechado. Ao longo dos anos o acionista da Granado criou as empresas: Ponteland Distribuição S.A. ("Ponteland") em 2003; sendo esta uma S.A. de capital fechado e Jesmond Comércio Varejista Ltda. ("Jesmond") em 2009. Estas sociedades possuem sede à Rua 1º de março, 14 e 16, Centro, Rio de Janeiro, RJ. Dado o processo de expansão das empresas nos últimos anos, em 2014, o acionista controlador e a Administração entenderam ser necessária uma reestruturação societária, além da reorganização da estrutura de gestão e controle, visando suportar o crescimento das operações e alcançar determinados níveis de eficiência e sinergia entre as empresas parte deste mesmo grupo econômico. Essa reestruturação societária consistiu, basicamente, no aporte de capital através da integralização dos saldos de mútuo a receber que a Ponteland possuía junto a Granado e a Jesmond. Em 26/05/2014, a AGE, a qual aprovou a reestruturação societária proposta e, a Ponteland passou a figurar como controladora das empresas Jesmond e Granado a partir de 31 de agosto de 2014, quando os atos societários relacionados a esta reorganização se tornaram eficazes. A referida reestruturação societária não alterou o controle acionário de nenhuma das sociedades que continuam tendo o mesmo acionista controlador, o qual continua controlando diretamente a Ponteland e passou a exercer o controle indireto da Granado e da Jesmond. Em virtude de não ter ocorrido alteração no controle das sociedades todos os registros inerentes a esta reestruturação foram efetuados tomando-se por base os respectivos valores. A perdaapurada pela Ponteland nesta operação, no montante de R\$ 25.299 foi registrada diretamente no patrimônio líquido desta entidade; por se tratar de uma operação entre sócios das sociedades envolvidas na reorganização. O organograma deste grupo econômico após a reestruturação está abaixo apresentado:



A Ponteland e suas controladas, doravante serão referidas como "Grupo" para fins deste relatório. Desde a reorganização societária a Granado e a Jesmond contribuíram para o Grupo com receita líquida de R\$ 60.303 e R\$ 36.826, respectivamente e com resultado antes dos impostos de R\$ 3.448 e R\$ 3.863, respectivamente. Se a data de eficácia da reorganização tivesse ocorrido no início do exercício a Granado e a Jesmond teriam contribuído com receita líquida de R\$ 167.960 e R\$ 72.652, respectivamente e com lucro antes dos impostos de R\$ 19.983 e R\$ 2.943, respectivamente. No exercício findo em 31/12/2013 a Granado e a Jesmond registraram receita líquida de R\$ 148.682 e R\$ 47.898, respectivamente e lucro antes dos impostos de R\$10.066 e R\$1.754, respectivamente. O Grupo tem como principal frente de negócios a produção, comercialização e distribuição, no atacado e varejo, de produtos farmacêuticos, higiene e limpeza pessoal, cosméticos e perfumarias, especialmente das marcas Granado e Phebo. Em 31/12/2014 conta, em nível nacional, com três unidades fabris, um centro de distribuição, 38 lojas, além de escritórios administrativos e de vendas. Desde 2010 o Grupo tem gerado resultado operacional positivo, como reflexo dos seus estudos e ações de reposicionamento mercadológico, pondo em marcha seu plano de mudança do perfil de endividamento de curto para longo prazo, via aderência aos programas governamentais de refinanciamento tributário e alongamento de dívidas junto a instituições financeiras. No final de dezembro de 2014, foi inaugurada a nova fábrica, localizada em Japeri, Rio de Janeiro. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras (individual e consolidada) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A moeda funcional do Grupo é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. A preparação das demonstrações financeiras (individual e consolidada) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Em virtude da reorganização societária descrita na Nota 1; estas são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela Ponteland; que passou a consolidar as operações de Granado e Jesmond a partir de 31 de agosto de 2014. No exercício findo em 31/12/2013 a Ponteland não possuía sociedades controladas e por tal motivo não são apresentadas demonstrações financeiras consolidadas para aquele exercício social. As demonstrações financeiras (individual e consolidada) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2015. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram os eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos pelo Grupo com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos a contar da data da contratação. **3.2. Contas a receber:** As contas a receber de clientes estão apresentadas pelo valor de realização. A provisão para risco de crédito é efetuada em montante suficiente para a cobertura de perdas prováveis na realização de créditos a receber, considerando os riscos envolvidos. A empresa adota como critério constituir a provisão para os valores pendentes de recebimento superior a 180 dias. **3.3. Estoques:** Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição e produção, deduzido de provisão para ajustá-las aos prováveis valores de realização, quando aplicável. **3.4. Ativos arrendados:** Arrendamento mercantil operacional. Arrendamentos mercantis em que o grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. Arrendamento mercantil financeiro: Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. **3.5. Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, ajustado pelo custo atribuído dos bens, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo. Da mesma forma que o preço de compra, o custo inclui os custos diretamente atribuíveis e o valor presente estimado dos custos futuros inevitáveis de desmontagem e remoção de itens. O passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido dentro de provisões. Terrenos não são depreciados. A depreciação é apurada para todos os outros itens do imobilizado e serve para amortizar o valor contábil dos itens ao longo de suas vidas úteis econômicas esperadas. São aplicadas as seguintes taxas ao ano pelo método linear: Prédios e benfeitorias - 4,00%; Móveis e utensílios-10,00%; Instalações-10,00%; Máquinas e equipamentos-10,00%; Computadores e periféricos-20,00%; Veículos-20,00%; Benfeitorias e imóveis de terceiros -Tempo de contrato. O Grupo na adoção inicial das CPCs optou por avaliar o custo atribuído e a revisão das vidas úteis de terrenos e prédios de sua propriedade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto no pronunciamento técnico ICPC 10. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram registrados com base em laudo de empresa especializada deduzido de depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável. **3.6. Intangível:** Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes e luvas por ponto de venda da rede de varejo (Jesmond). Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. **3.7. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são ini-

cialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais foram contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais, e os prêmios recebidos são reconhecidos em conta de reserva de capital. **3.8. Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.9. Tributos:** Tributos sobre vendas: As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social - PIS - 1,65% - 2,20%; Contrib. para Financiamento da Seguridade Social - COFINS-7,60% - 10,30%; Imposto sobre Serviços - ISS-5%; Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - 19,00%. Imposto de renda e contribuição social: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras do Grupo requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: **Vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis:** A depreciação ou amortização dos ativos imobilizados e intangíveis considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada para os bens adquiridos a partir de 2009. Para os bens adquiridos anteriormente a 2009, o Grupo registrou os bens ao valor justo (custo atribuído) com base na avaliação de peritos independentes, conforme permitido pelo CPC 27 - Imobilizado. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o seu valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Em 31/12/2014 não houve indícios de que os ativos não financeiros não seriam recuperados. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Sociedade constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nas faturas vencidas há mais de 180 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. **3.11. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições foram satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujos benefícios objetiva compensar. **3.12. Reconhecimento das receitas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos. A receita é reconhecida pelo Grupo apenas quando da efetiva venda de produtos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. **3.13. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Grupo são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. **3.14. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.15. Novos pronunciamentos contábeis:** A Administração do Grupo revisa periodicamente os pronunciamentos contábeis emitidos e que foram aplicados pela primeira vez no exercício corrente, bem como os pronunciamentos contábeis revisados e/ou em revisão cuja aplicação será exigida em exercícios futuros. A Administração entende que Não existem outras normas e interpretações emitidas e adotadas pela primeira vez neste exercício bem como normas e interpretações ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pelo Grupo. **4. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem todas as demonstrações financeiras das entidades que compõem o Grupo. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada pelos seguintes ajustes: • As transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas são eliminadas. • Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas são eliminados. • Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas são eliminados. • Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Todas as empresas consolidadas têm o mesmo exercício fiscal e possuem práticas contábeis consistentes. As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 compreendem as demonstrações financeiras da Granado, Ponteland e da Jesmond. Os sumários das demonstrações financeiras das empresas consolidadas estão apresentados a seguir:

Demonstrações dos Resultados em 31/12/2014 e 2013 (Em R\$ Mil)				
	Nota	Individual		Consolidado
		2014	2013	2014
Receita operacional líquida				
Custo dos produtos vendidos	20	308.728	264.927	329.655
Lucro bruto	21	(172.706)	(148.879)	(164.911)
		136.022	116.048	164.744
Receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Remuneração dos administradores	9	(480)	(480)	(637)
Despesas com vendas	22	(50.338)	(44.887)	(57.850)
Despesas gerais e administrativas	22	(39.684)	(34.897)	(48.310)
Despesas tributárias		(2.025)	(4.368)	(3.529)
Resultado de equivalência patrimonial		6.309	-	(696)
Outras receitas operacionais		117	-	448
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		49.821	31.416	54.170
Receitas financeiras	24	1.832	4.370	3.539
Despesas financeiras	24	(22.044)	(16.338)	(26.116)
Lucro antes do I.R. e contribuição social		29.609	19.448	31.593
I.R. e contribuição social - corrente	23	(4.702)	(3.680)	(6.509)
I.R. e contribuição social - diferido	23	79	(573)	104
Lucro líquido do exercício		24.986	15.195	25.188
Atribuído ao acionista controlador		-	-	24.986
Atribuído ao acionista não controlador		-	-	202

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31/12/2014 e 2013 (Em R\$ Mil)				
	Nota	Individual		Consolidado
		2014	2013	2014
Lucro líquido do exercício		24.986	15.195	25.188
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total dos resultados abrangentes		24.986	15.195	25.188
Atribuído ao acionista controlador		-	-	24.986
Atribuído ao acionista não controlador		-	-	202

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2014 e 2013 (R\$Mil)				
	Nota	Individual		Consolidado
		2014	2013	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		24.986	15.195	24.986
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		-	-	

10. Investimento: a) Participações societárias

Controladas diretas	Participação	31/12/2014					Lucro líquido do Exercício
		Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita operacional líquida	
Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A.	99,99%	118.098	215.140	(122.856)	(92.284)	167.960	15.490
Jesmond Comércio Varejista Ltda.	99,24%	26.200	50.890	(23.104)	(27.786)	72.652	2.138

b) Movimentações controladora

Controladas diretas	31/12/2013	Aporte de Capital	Perda de investimento	Equivalência patrimonial	31/12/2014
Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A.	-	108.000	(23.773)	3.462	87.689
Jesmond Comércio Varejista Ltda.	-	26.000	(1.526)	2.847	27.320
Total	-	134.000	(25.299)	6.309	115.009

Em 26/05/2014, a reunião de AGE, aprovou o aumento de capital na Casa Granado através da integralização do saldo de mútuo com a Ponteland de R\$108.000 mediante emissão de 108 milhões de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 por ação. Em função do aumento de capital, o capital da Casa Granado passa de R\$10.098 para R\$118.098. Também, em 26/05/2014, através do aumento de capital na Jesmond pela integralização do saldo de mútuo a pagar também com a Ponteland de R\$26.000, o capital social da Jesmond passou de R\$200 para R\$26.200, representado por 26,2 milhões de quotas, no valor nominal de R\$1,00 cada uma. Sendo assim, com o aumento de capital nas empresas Casa Granado e Jesmond, a Ponteland reconheceu os valores integralizados como investimento, passando assim, a figurar como controladora. A Ponteland reconheceu uma perda sobre o investimento em seu patrimônio líquido, no montante de R\$25.299, visto que o patrimônio líquido das empresas Casa Granado e Jesmond, na data da reestruturação, encontravam-se negativos. O valor da perda de investimento foi reconhecido no patrimônio líquido da Ponteland, por conta do primeiro cálculo de equivalência após a aquisição, visto que trata-se de uma reestruturação dentro do mesmo grupo econômico, o qual não alterou a participação societária e mudança de controle do Grupo.

11. Imobilizado

Descrição	Individual							Total
	Instalações	Benefícios em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado andamento	
Taxa de depreciação	10%	(*)	10%	10%	20%	20%	(**)	-
Custos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2012	844	11.540	834	605	1.544	1702	-	17.069
Adições	-	348	124	225	668	129	-	1.494
Baixas/transfêrencias	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2013	844	11.888	958	830	2.212	1.831	-	18.563
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2012	(184)	(859)	(264)	(110)	(692)	(501)	-	(2.610)
Adições	(84)	(514)	(84)	(78)	(307)	(350)	-	(1.417)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2013	(268)	(1.373)	(348)	(188)	(999)	(851)	-	(4.027)
Imobilizado líquido em 31/12/2013	576	10.515	610	642	1.213	980	-	14.536

Descrição	Individual							Total
	Instalações	Benefícios em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado andamento	
Taxa de depreciação	10%	(*)	10%	10%	20%	20%	(**)	-
Custos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2013	844	11.888	958	830	2.212	1.831	-	18.563
Adições	9	-	61	77	202	230	282	861
Baixas/transfêrencias	-	-	282	-	(500)	(282)	(500)	(500)
Saldos em 31/12/2014	853	11.888	1.301	907	2.414	1.561	-	18.924
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2013	(268)	(1.373)	(348)	(188)	(999)	(851)	-	(4.027)
Adições	(84)	(540)	(100)	(90)	(367)	(367)	-	(1.548)
Baixas	-	-	-	-	-	360	-	360
Saldos em 31/12/2014	(352)	(1.913)	(448)	(278)	(1.366)	(858)	-	(5.215)
Imobilizado líquido em 31/12/2013	576	10.515	610	642	1.213	980	-	14.536
Imobilizado líquido em 31/12/2014	501	9.975	853	629	1.048	703	-	13.709

Consolidado

Descrição	Consolidado							Total		
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Instalações	Benefícios em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos			
Taxa de depreciação	-	4%	10%	(*)	10%	10%	20%	20%	(**)	-
Custos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2013	17.114	12.135	6.088	19.381	14.978	6.599	3.943	2.382	70.628	153.248
Adições	-	-	126	3.428	7.378	2.326	1.133	594	51.411	66.396
Baixas	-	-	-	-	(40)	-	-	(527)	(697)	(1.264)
Transferências	-	59.370	-	10.379	-	-	-	-	(69.749)	-
Saldos em 31/12/2014	17.114	71.505	6.214	22.809	32.695	8.925	5.076	2.449	51.593	218.380
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2013	-	(3.443)	(4.975)	(4.571)	(7.186)	(1.890)	(2.110)	(1.124)	-	(25.299)
Adições	-	(585)	(181)	(2.046)	(1.154)	(670)	(573)	(480)	-	(5.689)
Baixas	-	-	-	-	16	-	-	364	-	380
Saldos em 31/12/2014	-	(4.028)	(5.156)	(6.617)	(8.324)	(2.560)	(2.683)	(1.240)	-	(30.608)
Imobilizado líquido em 31/12/2013	17.114	8.692	1.113	14.810	7.792	4.709	1.833	1.258	70.628	127.949
Imobilizado líquido em 31/12/2014	17.114	67.477	1.058	16.192	24.371	6.365	2.393	1.209	51.593	187.772

(*) A depreciação adotada para o grupo Benefícios em Bens de Terceiros é calculada de acordo com período constante no contrato de aluguel. (**) O saldo de imobilizado em andamento refere-se à construção da terceira unidade fabril de Japeri. Em 1/01/2010, o custo atribuído do ativo imobilizado foi determinado com base em laudo de avaliação emitido por peritos independentes, que levaram em consideração os critérios estabelecidos pela norma NBC TG 1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas, emitidas pelo CFC no que diz respeito aos cálculos para atribuição de custo (Derned Cost). Os cálculos de avaliação para determinação do custo atribuído foram elaborados com base no método da quantificação de custo, e os valores encontrados foram utilizados para ajustar o cálculo da depreciação em função da realidade operacional e tecnológica do Grupo. Adicionalmente o Grupo contabilizou os impostos diferidos (IR e CS) sobre o custo atribuído do ativo imobilizado - **Consolidado: 31/12/2014; IR- 3.685; CS- 1.326; Saldo - 5.011** Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil financeiro, foram classificados como ativos imobilizados e registrados nas rubricas "Veículos", "Computadores e periféricos" e "Máquinas e Equipamentos" perfazendo um total de R\$1.361, sendo R\$607, R\$710 e R\$44 respectivamente (R\$869, sendo R\$373, R\$427 e R\$69, respectivamente em 2013). **12. Intangível**

Descrição	Individual				Total
	Marcas e patentes	Linhas telefônicas	Software	Luvas	
Taxa de amortização	-	-	20%	-	-
Custos	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/13	-	-	423	-	423
Adições	-	-	600	-	600
Redução	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2014	-	-	1.023	-	1.023
Amortização	-	-	-	-	-

Descrição	Individual				Total
	Marcas e patentes	Linhas telefônicas	Software	Luvas	
Saldos em 31/12/13	-	-	(152)	-	(152)
Adições	-	-	(153)	-	(153)
Saldo em 31/12/2014	-	-	(305)	-	(305)
Intangível líquido em 31/12/2013	-	-	271	-	271
Intangível líquido em 31/12/2014	-	-	718	-	718

Descrição	Consolidado				Total
	Marcas e patentes	Linhas telefônicas	Software	Luvas	
Taxa de amortização	-	-	20%	(*)	-
Custos	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/13	7.366	1	3.076	8.025	18.468
Adições	-	-	1.018	2.699	3.717
Redução	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2014	7.366	1	4.094	10.724	22.185
Amortização	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/13	-	-	(1.376)	-	(1.376)
Adições	-	-	(636)	-	(636)
Saldo em 31/12/14	-	-	(2.012)	-	(2.012)
Intangível líquido em 31/12/13	7.366	1	1.700	8.025	17.092
Intangível líquido em 31/12/14	7.366	1	2.082	10.724	20.173

(*) A depreciação adotada para o grupo Benefícios em Bens de Terceiros é calculada de acordo com período constante no contrato de aluguel. A Administração revisa anualmente as premissas referentes ao valor recuperável dos ativos registrados não identificando indicativo de impairment.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Taxa de juros ao ano (%)	Data de vencimento	Individual	
			31/12/2014	31/12/2013
Banco Brasil - debêntures	129,50% * CDI	25/12/2020	153.832	153.120
Industrial	100%*CDI + 6,16% a	23/01/2017	1.259	2.170
Saíra	100%*CDI + 5,53% a	21/11/2016	911	1.486
Votorantim	5,16%	20/06/2016	2.250	4.081
Tribanco	100%*CDI + 4,27%	01/11/2016	3.854	-
FINAME	Pré 4,5% e 6%	15/05/2024	613	383
Cartão BNDES Leasing	10/01/2017	739	1.166	
		163.458	162.406	
		(1.652)	(1.928)	
		161.806	160.478	
Circulante		9.424	6.753	
Não circulante		152.382	153.725	

Descrição	Taxa de juros ao ano (%)	Data de vencimento	Consolidado	
			31/12/2014	31/12/2013
Banco Brasil - debêntures	129,50% * CDI	25/12/2020	153.832	153.120
Bradesco	100%*CDI + 3,41% e pré 16,35%	07/03/2018	8.085	-
Industrial	100%*CDI + 6,16% a 7,44%	23/01/2017	1.259	2.170
Saíra	100%*CDI + 5,53%	21/11/2016	911	1.486
Santander	Pré 16,075%	30/11/2015	4.617	-
Votorantim	100%*CDI + 4,28% a 5,16%	20/06/2016	2.250	4.081
Tribanco	100%*CDI + 4,27%	01/11/2016	3.854	-
FINIMP	100%*CDI + 4,46% a 5,94%	23/11/2015	6.434	-
Cartão BNDES	Pré 12%	16/10/2017	370	-
Leasing	07/11/2017	1.360	1.166	
FINAME	Pré 2,5% a 6%	22/02/2022	17.887	-
		200.859	200.859	
		(1.652)	(1.928)	
		199.207	198.931	
Circulante		26.536	17.671	
Não circulante		172.671	181.260	

O Grupo possui o montante de R\$199.207, referente a empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis contratados junto a instituições financeiras, todos firmados em moeda nacional, para suprimento de capital de giro e aquisição de imobilizado. As garantias dos empréstimos e financiamentos são constituídas por duplicatas de emissão da Ponteland no montante de R\$22.679. Adicionalmente, são concedidas garantias por notas promissórias e avisos dos acionistas. Os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas. Os contratos de arrendamento mercantil financeiro estão registrados como obrigação pelos seus valores presentes, enquanto os bens estão registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, conforme determinação do pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil. Durante o exercício findo em 31/12/2014, o Grupo reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro o montante de R\$815, relativo à despesa de depreciação e R\$204 relativo a juros de empréstimos. Os bens adquiridos através de arrendamento mercantil estão em garantia destas obrigações. Em 16 de outubro de 2013 de acordo com o Instrumento Particular da 1ª (primeira) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em série única e com garantia real a Ponteland emitiu 15.000 debêntures com valor de face de R\$10. As debêntures possuem vencimento final em 25 de outubro de 2020 e não possuem cláusula de repactuação. As debêntures são remuneradas a 129,5% (cento e vinte nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de juro dia. Os juros remuneratórios estão sendo pagos em parcelas trimestrais e consecutivas desde 25 de janeiro de 2014. As debêntures possuem como garantia imóveis, cessão fiduciária de direitos creditórios e de direitos decorrentes de contas bancárias. Os recursos obtidos destinam-se ao pagamento de dívidas de curto prazo, realização de investimentos na ampliação das atividades fabris e de varejo da Ponteland e de outras entidades que fazem parte do grupo. As debêntures emitidas pela Ponteland possuem cláusulas restritivas determinando níveis mínimos do índice de cobertura de serviço da dívida - ICSD (igual ou superior a 1,2) e relação Ebitda/ Dívida Líquida (inferior a 3,5). Em 31/12/2014 estes índices foram observados pela Sociedade. Os custos de emissão das debêntures, no montante de R\$ 1.652 em 31/12/2014, referentes a comissões de estruturação, colocação e taxa de sucesso, cobrados pela Instituição financeira, foram lançados como redutores do passivo e são levados ao resultado do exercício de acordo com o período da dívida contratada. Os vencimentos das parcelas do principal de longo prazo são os seguintes:

Vencimento	Individual		Consolidado
	2014	2013	
2015	-	3.246	-
2016	32.992	30.168	37.830
2017	29.863	30.161	34.130
2018	29.614	30.058	32.532
2019	29.814	30.058	32.082
2020 a 2022	29.899	30.034	36.097
	152.382	153.725	172.671

14. Fornecedores:

	Individual		Consolidado
	2014	2013	
Fornecedores nacionais	3.453	2.944	19.584
Fornecedores serviços de frete nacionais	1.521	947	1.538
Fornecedores serviços grandes redes nacionais	667	1.783	667
	5.641	5.674	21.789

15. Obrigações trabalhistas

	Individual		Consolidado
	2014	2013	
INSS	678	596	1.704
FGTS	175	154	321
Provisão de férias	2.275	2.036	4.755
Outras obrigações trabalhistas	10	6	51
	3.138	2.792	6.831

16. Obrigações tributárias

	Individual		Consolidado
	2014	2013	
COFINS	104	53	194
ISS	10	10	76
IRRF	386	336	614
IPI	-	-	425
PIS	22	11	42
ICMS	184	-	1.921